

Enxertos Atlânticos: Apontamentos sobre Tropicalidade e Circulação de Plantas na Guiana Francesa à Época da Restauração Bourbon (C. 1815 – C. 1830)

Daniel Dutra Coelho Braga¹

RESUMO

O artigo aborda a circulação de plantas no espaço colonial francês à época da monarquia parlamentar, utilizando como fonte publicações produzidas pela Marinha francesa e registros da comunicação mantida entre atores baseados tanto em espaços coloniais quanto em espaços metropolitanos. Analisam-se principalmente cartas referentes ao debate sobre a prática da enxertia em plantações de café na Guiana francesa. Conclui-se que práticas de cultivo foram continuamente atualizadas em função da comunicação estabelecida no interior do Ministério da Marinha e das Colônias francês. Assim, demonstra-se em que medida a apropriação cultural de regiões intertropicais por parte de Estados centralizados europeus se deu mediante práticas situadas em ecologias específicas, para as quais colaboraram, em rede, tanto atores em espaços coloniais como em espaços metropolitanos, e em função das quais os “trópicos”, enquanto espaço conceitual, tornaram-se cada vez mais complexos.

Palavras-chave: história colonial, história ambiental de práticas científicas, sociologia do conhecimento científico.

¹ Doutor em História Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Pesquisador autônomo, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8370-8845>, e-mail: daniel.dutra@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Experiências coloniais organizadas a partir de Estados europeus foram um fator de transformações ambientais em todo o planeta. Trata-se de tema decisivo no campo de história ambiental, em função do qual já se elucidaram questões e objetos os mais variados, entre os quais as condições propriamente ecológicas para o êxito da expansão de Estados europeus², o papel da “experiência colonial europeia” na “gênese da sensibilidade ecológica no mundo moderno”³ e, ainda, a historicidade das escalas de transformação de coberturas vegetais em espaços coloniais⁴.

Se o tema da transformação ambiental promovida em função de Estados centralizados europeus é, portanto, já sedimentado no campo da história ambiental, há, contudo, dilemas que persistem, sobretudo devido às formas como o tema emerge em outras disciplinas e campos historiográficos. Manifesta-se, assim, o desafio de promover a interação entre diferentes campos.⁵

Perante esse quadro, o presente artigo analisa um cenário específico de práticas coloniais promovidas a partir de um Estado europeu: a Guiana francesa ao longo da primeira metade do século XIX. Esse cenário é profícuo para a reflexão sobre os dilemas supracitados em função de sua relação com temas que o historiador David Arnold elencou como constitutivos da “invenção da tropicalidade”, no sentido de mapear ideias e atitudes referentes a regiões entre os trópicos⁶, bem como em função de sua relação com as possibilidades de, a partir de um olhar sobre áreas coloniais, reconstruir o que o historiador Richard Grove descreveu como “uma antropologia

² Cf. Alfred Crosby, *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*, trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari (São Paulo: Companhia das Letras, 1993); Daniel R. Headrick, *Power over peoples: technology, environments, and Western imperialism, 1400 to the present* (Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2010).

³ José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004), 28. Ver também Richard Grove, *Green Imperialism: colonial expansion, tropical island edens and the origins of environmentalism, 1600-1800* (Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1995).

⁴ Cf. Diogo de Carvalho Cabral, *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial* (Rio de Janeiro: Garamond, 2014); Michael Williams, “The role of deforestation in Earth and World-System integration,” in *Rethinking Environmental History: World-System History and Global Environmental Change*, ed. por Alf Hornborg, J. R. McNeill e Joan Martinez-Alier, (Lanham/NewYork/Toronto/Plymouth: Altamira Press, 2007), 101-122.

⁵ Para uma abordagem desse dilema, ver Marco Armiero, “Environmental history between institutionalization and revolution: a short commentary with two sites and one experiment,” in *Environmental humanities: voices from the Anthropocene*, ed. Serenella Iovino e Serpil Opperman, 45-59 (Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2016). Para comentários sobre o potencial de interação entre o campo da historiografia da botânica e o campo da história ambiental, ver Grove, *Green imperialism...*, 78.

⁶ David Arnold, *The Problem of Nature: Environment, culture and European expansion* (Oxford: Blackwell, 1996), 141-168.

histórica da consciência ambiental global”⁷ – um desafio não apenas epistemológico, mas também, e talvez cada vez mais, ético e político.

Não se trata, todavia, de narrar artimanhas de um “Leviatã temperado”. No intuito de ir além de uma caracterização que oponha a “expansão” de um Estado europeu a uma região definida pela alteridade em relação a esse Estado – o que seria o mesmo que fixar a representação da própria tropicalidade –, focaliza-se a circulação de plantas mediante redes que compunham uma política colonial em contínua formação, bem como ruídos e tensões que caracterizaram essas redes. Busca-se, assim, ressaltar a complexidade das práticas de apropriação de ambientes tropicais em termos de “conhecimento situado”⁸, evidenciando “as conexões historicamente contingentes entre conhecimento e as preocupações de grupos sociais variados em seus contextos intelectuais e sociais”⁹, bem como a “natureza mutável” tanto dos atores quanto do conhecimento em circulação¹⁰.

O Estado francês, nesse quadro, apresenta especificidades, principalmente no período posterior às guerras napoleônicas. Os debates acerca da natureza da reestruturação desse Estado a essa época são os mais variados¹¹, mas, para os fins do presente trabalho, basta reter dois pontos. Primeiramente, o destaque do Ministério da Marinha e das Colônias enquanto um dos alicerces desse Estado em sua reorganização à época da Restauração Bourbon. Em segundo lugar, os esforços de restabelecimento de uma política colonial, condicionada simultaneamente pelo novo cenário diplomático europeu, em que a França se encontrava estrangida por demais potências, bem como pelos próprios desafios logísticos, geográficos e ecológicos das atividades ultramarinas.

Uma das caracterizações mais críticas ao quadro colonial francês desse período foi concebida na década de 1960 pelo historiador Frédéric Mauro. Além de

⁷ Grove, *Green imperialism...*, 12.

⁸ Donna Haraway, “Situated knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective,” *Feminist studies* 14, no. 30 (1988): 575-599.

⁹ Steven Shapin, “History of science and its sociological reconstructions,” *History of Science* 20 (1982): 164.

¹⁰ Kapil Raj, *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900* (Houndmills/New York: Palgrave Macmillan, 2007), 226.

¹¹ Um estudo que frisou continuidades do regime adotado pelo Estado francês, a despeito da revolução de 1830, é o realizado por Isabelle Backouche, *La monarchie parlementaire, 1815-1848: De Louis XVIII à Louis-Philippe* (Paris: Pygmalion/Gérard Watelet, 2000).

apontar a fragilidade da política colonial após a queda de Napoleão, o historiador ressaltou a vulnerabilidade da Guiana francesa no interior desse quadro. Segundo Mauro, esse frágil quadro remete às consequências da Revolução e das guerras napoleônicas. Ao comentar a conjuntura da Restauração, esse historiador ressaltou a curta duração do “sistema Malouet (1814-1817)”, que, segundo ele, “consistia em voltar exatamente ao Antigo Regime colonial”, e enfatizou o papel transformador do “sistema Portal, cujo nome vem do diretor das Colônias no Ministério da Marinha”, o qual teria sido “bem diferente”, uma vez que “incrementou a marinha de guerra, tomou a defesa dos armadores contra os colonos, planejou a exploração metódica das colônias pelo Estado, sempre conservando a “exclusividade”, porém ligeiramente atenuada”. Assim, Mauro sublinhou o movimento de recuperação das colônias “abandonadas durante a Revolução e o Império”, entre as quais “Martinica, Guadalupe, São Pedro e Miquelon”, bem como a própria Guiana francesa, apesar das “dificuldades com Portugal”. De acordo com o historiador, a “paz, que voltou com a Restauração, permitiu não apenas a reorganização das colônias, mas também o aparecimento de novas empresas coloniais”, como a ampliação da ocupação francesa e a exploração de terras no Senegal, a reocupação da ilha de Santa Maria em Madagascar e novas atividades na Guiana francesa. No entanto, Mauro insistiu no cenário negativo desta última colônia, ao afirmar que, nela, “Gatineau-Laroche, o barão Milius e Madre Javouhey, fundadora da Congregação de São José de Cluny, tentaram o desenvolvimento da colônia, com resultados medíocres”.¹²

As páginas de Mauro reiteram a imagem de uma colônia onde houve pouco potencial para interação com o restante da França e frágil capacidade de reinvenção. No entanto, um olhar dedicado à inserção da Guiana em redes mobilizadas pela própria política colonial da Restauração Bourbon pode fornecer outra caracterização da história colonial desse período e ir além de um estigma decorrente dos ditos “resultados medíocres”.

¹² Frédéric Mauro, *Expansão europeia (1600-1870)*, trad. Maria Luiza Marcílio (São Paulo: EdUSP, 1980), 216-217.

A MANUTENÇÃO DO LUGAR DA GUIANA FRANCESA EM UM ESPAÇO COLONIAL ATLÂNTICO

Redes caras à política colonial francesa se estabeleceram por meio do Oceano Atlântico, o que permitiu que colônias francesas compusessem mais do que um mosaico. As diferentes possessões coloniais mantidas pelo Estado francês puderam funcionar de modo conectado, o que possibilitou práticas comparativas em termos de história natural, agricultura colonial e economia rural. Essas conexões, operadas no interior do próprio Estado francês, permitem refletir sobre em que medida se estabeleceu uma “globalidade colonial”, para usar a expressão cunhada pelo historiador Sebastian Conrad¹³. Por meio delas, atores vinculados ao colonialismo francês puderam interagir diante da complexidade de regiões que, ainda que se encontrassem em diferentes continentes, apresentavam o que a historiadora Lorelai Kury destacou como “afinidades climáticas”¹⁴. Trata-se de um potencial evidente já no século XVIII, como demonstram as trajetórias de homens como Pierre Poivre (1719-1786), botânico que atuara na então ilha de França, atual Maurício.¹⁵

Plantas circuladas em espaços atlânticos, por sua vez, atravessaram suas próprias trajetórias. Os estudos do agrônomo José E. Mendes Ferrão¹⁶ guardam importantes apontamentos sobre espécies que, no tocante ao quadro colonial instaurado na Guiana francesa, foram decisivas. Algumas delas foram o cafeeiro, a moscadeira, o craveiro e a canela. Com efeito, cada uma dessas plantas apresenta uma trajetória de circulações específica.

O cafeeiro destaca-se devido às diferenciações no interior do gênero atualmente conhecido como *Coffea*. Segundo Ferrão, variedades referenciadas pela denominação “robusta”, por exemplo, foram conhecidas e exploradas mais recentemente. Ele ressalta que a origem da planta não se restringe à região de Kaffa, frisando se tratar de “uma planta silvestre das zonas montanhosas da Abissínia”, o que implica especificidades dentro de um quadro de tropicalidade, uma vez que “se trata

¹³ Sebastian Conrad, *Globalisation and the nation in imperial Germany* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), 38-41. O autor usa o termo para se referir especificamente a interações globais anteriores à Primeira Guerra Mundial.

¹⁴ Lorelai Kury, “Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens, séculos XVIII-XIX,” in *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*, ed. Lorelai Kury (Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013), 234.

¹⁵ Sobre Pierre Poivre, ver Grove, *Green Imperialism...*, 168-263; Pádua, *Um sopro de destruição...*, 53-55; Lorelai Kury, *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)* (Paris: L’Harmattan, 2001), 21-22.

¹⁶ José E. Mendes Ferrão, *Le voyage des plantes & les grandes découvertes* (Paris: Éditions Chandeigne, 2015).

de regiões tropicais, mas que apresentam temperaturas mais moderadas em função das chuvas e da altitude”. Já a moscadeira, originária da Ásia, teve sua circulação em grande medida condicionada por portugueses, tornando-se, em seguida, monopólio holandês. De acordo com Ferrão, essa exclusividade foi rompida com a introdução da planta nas Antilhas, realizada pelo botânico Christopher Smith, recebendo também destaque sua introdução na Guiana francesa mediante esforços do supracitado Pierre Poivre. Igualmente resultante do trabalho de Poivre foi a reconfiguração da circulação do craveiro, que chegou à ilha Bourbon em 1700 e à Guiana francesa em 1773, após um período de monopólio holandês nas ilhas vulcânicas situadas no arquipélago das Molucas. Finalmente, também originária da Ásia é a canela, em suas diferentes espécies reconhecidas por meio do gênero *Cinnamomum*. Ferrão destaca algumas dessas espécies, como a *Cinnamomum cassia*, originária da China, a *Cinnamomum loureiroi*, descrita como “canela da Cochinchina”, assim como a *Cinnamomum verum*, variedade identificada como “canela do Ceilão”. A circulação desta última foi modulada pela ação de portugueses estabelecidos na ilha do Ceilão no século XVI, até estes serem de lá expulsos em 1686 pelos holandeses, que, por sua vez, vieram a ser expulsos pelos ingleses no final do século XVIII. Brigas de europeus à parte, cabe destacar o êxito da aclimação da planta, pois, como frisou Ferrão, ao longo do século XVII “portugueses conseguiram transplantar a canela em terras que ainda controlavam, tendo escapado à concupiscência de outras potências europeias”¹⁷.

As plantas, portanto, viajavam, mas sua recepção podia encontrar obstáculos de ordem política e geográfica. Muitas vezes, esse foi o caso da Guiana francesa, ponto importante para uma possível globalidade colonial francesa, mas cuja inserção em um quadro atlântico de cruzamentos foi permeada por dificuldades. Como ressaltou a historiadora Ivete Machado de Miranda Pereira, a Guiana francesa é “banhada ao norte pelo Oceano Atlântico,” mas, em finais do século XVIII, a costa da colônia não favorecia a navegação, “pois as águas litorâneas são pouco profundas em consequência do contínuo depósito de aluviões que vêm da embocadura do

¹⁷ Ferrão, *Le voyage des plantes...*, 251-253, 280-281, 297-299, 235-334.

Amazonas”¹⁸. Devido a esse aspecto, muitos circuitos referentes a essa colônia se situaram na própria América meridional, notadamente em função das redes estabelecidas junto ao Brasil – bem como junto à outrora Amazônia portuguesa¹⁹ –, em função da Capitania e mais tarde Província do Grão-Pará. Esse circuito foi ativado ao longo da Restauração Bourbon, a despeito dos conflitos²⁰, como atestam as páginas dos *Annales maritimes et coloniales* da Marinha francesa em sua edição de 1827, na qual se descreveram as atividades do oficial Chieusse. Esse oficial, “encarregado pelo governador de uma missão de interesse colonial”, permitiu a “introdução de plantas do Brasil na Guiana”, entre elas a quinquina, em “nove plantas enraizadas e em muito bom estado”, a “preciosa”, descrita como “espécie indígena de Rio-Negro, empregada com sucesso contra a disenteria” e, ainda, a “canarana”²¹.

Porém, não foi apenas da própria América meridional que a Guiana francesa recebeu outros vegetais. Apesar das dificuldades impostas pelo seu litoral, redes estruturadas por meio do Ministério da Marinha e das Colônias permitiram que essa colônia recebesse plantas oriundas da Ásia e da África. É o que evidencia a comunicação estabelecida no interior do Ministério em função da espécie descrita como “madeira negra” (“Bois-noir”) da Índia. Em junho de 1819, o então Ministro da Marinha e das Colônias, o barão Pierre Barthélémy Portal d’Albarèdes, sublinhava ao então administrador da Guiana francesa, Pierre-Clément de Laussat, em que medida seria importante ao menos tentar aclimatar essa espécie na colônia francesa:

Eu encaminho o trecho de uma carta que recebi do senhor Villaret de Joyeuse, referente à utilidade da madeira negra e a atenção que convém dedicar no sentido de naturalizá-la. Eu recomendo a vossa atenção particular à aclimação, na Guiana francesa, desse vegetal, que alcançou êxito nos terrenos os mais estéreis, e que cresce em poucos anos. Eu receberei, com

¹⁸ Ivete Machado de Miranda Pereira, “La Gabrielle, cravo e canela: a invasão luso-brasileira da Guiana francesa e a cobiça pelas especiarias (1808-1817),” in *Natureza e cultura nos domínios de Clío: história, meio ambiente e questões étnicas*, ed. André Figueiredo Rodrigues, Edson Silva, e José Otávio Aguiar (Campina Grande: EDUFPG, 2012), 211.

¹⁹ Uso a expressão Amazônia portuguesa tal como mobilizada no estudo de Patrícia Sampaio, no sentido de se referir às “áreas relativas aos estados distintos do Brasil”. Cf. Patrícia Melo Sampaio, “Política indigenista no Brasil imperial,” in *O Brasil Imperial, Volume I: 1808-1831*, org. Keila Grinberg e Ricardo Salles (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), 203.

²⁰ Segundo Pereira, a resolução da disputa com Portugal em função do Congresso de Viena, que restituiu a Guiana à França, “não impediu que as relações de fronteiras permanecessem conflituosas”, pois, cerca de vinte anos mais tarde, “tropas francesas ergueram um forte no lago Amapá e recomeçaram problemas e renegociações entre as partes.” Cf. Pereira, “La Gabrielle, cravo e canela...” in *Natureza e cultura nos domínios de Clío*, 228.

²¹ “Introduction de plantes du Brésil à la Guiane,” in *Annales maritimes et coloniales*, ed. Louis Marie Bajot (Paris: Imprimerie Royale, 1827), 761-762.

interesse, detalhes sobre as plantações e sementeiras das quais vós tereis ordenado a tentativa.²²

Caiena permanecia, portanto, um ponto de recepção de vegetais, como demonstrava a manutenção de jardins como o *La Gabrielle* e também o do Monte Baduel²³, locais onde se desenvolvia a aclimatação de espécies exóticas. Alguns meses após o envio da carta de Portal, Pierre-Clément de Laussat respondia ao Ministro em Paris acerca da “Mimosa Lebeck (vulgarmente madeira negra da Índia)”, enviando em anexo “um relatório do Sr. Poiteau, botânico”, sobre essa espécie:

Esse relatório informará Vossa Excelência acerca de onde se encontra atualmente a cultura dessa árvore em nosso Jardim de Baduel e lhe fornecerá ideias justas da utilidade que dela pode resultar; o conselho da pessoa que sobre ela escreveu, reduzido a essas palavras, que não se deve deflorestar em excesso uma região, e que, uma vez que ela tiver sido deflorestada em demasia, deve-se reflorestá-la, é uma verdade irrefutável e bem conhecida. A madeira negra da Índia pode ser útil como muitas outras árvores.²⁴

Outra espécie que recebia atenção nesse circuito era, como já frisado, a canela. Desejava-se principalmente sua variedade oriunda do Ceilão. É o que evidencia uma carta de Pierre-Clément de Laussat ao Ministro da Marinha em Paris, em outubro de 1822, referente à remessa que deveria ser feita de “plantas de canela do Ceilão”. O administrador confirmava ter recebido não apenas “uma nota, redigida pelo Sr. Leschenault de la Tour, referente à canela do Ceilão, sua cultura e seus produtos,” mas também a notícia do envio que deveria ser “feito em breve, a partir de Bourbon, de várias plantas desse arbusto”. Ao encerrar a carta, afirmava que teria “a honra de informar Vossa Excelência acerca da sua chegada nesta colônia e de todos os cuidados que serão tomados para garantir a sua naturalização”.²⁵ Alguns meses mais tarde, menções a essa variedade de planta retornaram às cartas trocadas entre o administrador da Guiana francesa e o Ministro em Paris. Em março de 1823, notificava-se a “chegada de 12 plantas vivas de canela do Ceilão, vindas de Bourbon por meio da embarcação *la Zélée*”. De acordo com o registro, essas plantas haviam

²² Carta do Ministro da Marinha e das Colônias ao Administrador da Guiana francesa Pierre-Clément de Laussat, Paris, 30 de junho de 1819, Dossiê G2(19), Códice GUY63, Fonds ministériels: Ministère des Colonies – Série géographique Guyane (1793-1946), *Archives nationales d'outre-mer*, Aix-en-Provence, França [doravante, ANOM].

²³ Cf. Pádua, *Um sopro de destruição...*, 40; Kury, “Plantas sem fronteiras...,” in *Usos e circulação de plantas no Brasil*, 244.

²⁴ Carta do administrador Pierre-Clément de Laussat ao Ministro da Marinha e das Colônias, Caiena, 28 de janeiro de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

²⁵ Carta do administrador Pierre-Clément de Laussat ao Ministro da Marinha e das Colônias, Caiena, 22 de outubro de 1822, Dossiê G2(22), Códice GUY63, ANOM.

chegado “vivas e em muito bom estado”, e o administrador sublinhava que havia solicitado “todos os cuidados” que pudessem “garantir o sucesso de sua introdução” na colônia, correspondendo, assim, às “ordens que Vossa Excelência” lhe havia transmitido “em despacho de 26 de julho de 1821”²⁶.

A regularidade desse tipo de comunicação demonstra em que medida levar novas espécies para a Guiana francesa mantinha-se como prioridade na política colonial da Restauração. Redes de circulação de plantas inerentes ao quadro colonial francês eram mobilizadas em prol dessa colônia. Entretanto, que tipos de desafios eram postos a essa política colonial uma vez que sementes e plantas tivessem atravessado o Atlântico?

CIRCULAÇÕES CRUZADAS: PLANTAS E CONHECIMENTO

O desafio de atravessar o Atlântico era, para a agricultura colonial, apenas um entre aqueles que são, muitas vezes, como apontou a historiadora Lorelai Kury, “aspectos negligenciados da circulação das plantas: sua coleta, seu transporte e sua aclimação”²⁷. O cuidado de articulação posterior à travessia de um oceano, por meio da elaboração e atualização das técnicas que permitissem a aclimação de determinada planta, era tão importante quanto mantê-la em uma embarcação. Devido a isso, no âmbito da agricultura colonial francesa da primeira metade do século XIX, houve vários atores dedicados à reflexão sobre a aclimação de plantas e suas técnicas, entre os quais se destacou André Thouin (1746 – 1824).²⁸

É nesse âmbito de desafios que a circulação de plantas se entremeia à circulação do conhecimento, pois práticas de cultivo e conhecimentos botânicos precisaram ser reconfigurados diante das dificuldades apresentados por ecologias distintas. Um bom exemplo de como esse cruzamento de circulações podia ocorrer é o debate ocorrido no seio da política colonial francesa em torno das possibilidades de se realizar a enxertia em pés de café.

²⁶ Carta do administrador Pierre-Clément de Laussat ao Ministro da Marinha e das Colônias, Caiena, 1 de março de 1823, Dossiê G2(22), Códice GUY63, ANOM.

²⁷ Kury, “Plantas sem fronteiras...,” in *Usos e circulação de plantas no Brasil*, 276.

²⁸ Sobre a trajetória de André Thouin, ver Kury, *Histoire naturelle et voyages scientifiques...*, 62-82, 98-101, 211-223.

Em julho de 1819, o então governador da Guiana francesa, Claude Carra de Saint-Cyr, descrevia práticas locais do cultivo de café para o Ministério da Marinha e das Colônias em Paris. Tratava-se de uma “resposta ao despacho de Sua Excelência de 30 de setembro de 1818, no. 124, referente às tentativas a serem realizadas em prol da enxertia do cafeeiro”. A carta informava que a “instrução anexada ao despacho” enviado anteriormente, “referente às melhorias das quais é suscetível a cultura do café por meio da enxertia”, havia sido enviada aos comandantes locais da Guiana.²⁹ O governador seguia a diretriz metropolitana. Entretanto, as reações oriundas da colônia foram ambivalentes. Por um lado, colonos buscaram se valer do conhecimento que já possuíam de espécies e variedades locais para atender às solicitações da metrópole. Por outro lado, predominava a sensação de que o melhor a se fazer seria esperar o crescimento das plantações recentes, feitas sobre as ditas áreas virgens da colônia, como bem denotou o resto da carta enviada pelo então governador:

Muitos desses senhores me enviaram algumas observações sobre esse assunto, e um deles me ofereceu um arbusto muito comum aqui, conhecido por todo mundo pelo nome de café diabo ou café selvagem, como sendo capaz de se aproximar do verdadeiro cafeeiro, e dar esperanças para o êxito da enxertia; as experiências serão reiteradas, Senhor, mas eu creio dever prevenir Vossa Excelência que se o sistema de reprodução do cafeeiro, por meio da enxertia, não foi inicialmente adotado, deve-se atribuir a causa desse fato apenas ao motivo bem fundamentado de que os seus produtos não poderiam ser superiores àqueles que nos dão os cafeeiros em nossas terras ainda virgens e à nossa riqueza em grandes plantações recentes, que devem ainda crescer.³⁰

Uma das respostas a essa hesitação colonial veio justamente de André Thouin, que redigiu longa nota em resposta à carta escrita por Carra de Saint-Cyr em julho de 1819. Essa nota demonstra uma percepção mais complexa das dinâmicas de uma agricultura colonial, atendo-se às formas de divisão territorial e ao risco de degradação da terra:

No estado atual da agricultura colonial, eu penso, exatamente como o senhor administrador geral Carra de Saint-Cyr, que grandes e novas plantações de cafeeiros em terras virgens devem produzir colheitas muito abundantes, sem que haja necessidade de recorrer à arte da enxertia; mas em uma terra mais avançada, uma vez que os cafeeiros se tornarem mais raros, as propriedades territoriais mais divididas, os solos empobrecidos por longas séries de culturas extenuantes do cafeeiro, os colonos encontrar-se-ão forçados a alterar suas

²⁹ Carta do comandante e administrador da Guiana francesa Claude Carra de Saint-Cyr enviada ao Ministro da Marinha e das Colônias, Caiena, 4 de julho de 1819, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

³⁰ Carta do comandante e administrador da Guiana francesa Claude Carra de Saint-Cyr enviada ao Ministro da Marinha e das Colônias Portal d'Albaredes, Caiena, 4 de julho de 1819, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

culturas, alternar seus terrenos para impedir sua degradação, substituir a mão de obra por máquinas de arado e empregar, enfim, a enxertia para conseguir colheitas mais abundantes, mais delicadas e com maior valor comercial.³¹

A manutenção exitosa da produção de café na Guiana mobilizava, portanto, temas decisivos em discussões sobre o melhor uso possível de recursos naturais, os quais estruturavam debates metropolitanos e coloniais desde o século anterior. As menções à possibilidade de introdução de máquinas de arado³² e ao problema da rotatividade das terras aproximavam, assim, o teor da nota de Thouin ao de escritos em circulação em outros espaços coloniais, tal como o luso-brasileiro. Essa aproximação explicita-se quando André Thouin aborda, por exemplo, o problema do “avanço horizontal da produção”, para usar as palavras do historiador José Augusto Pádua em análise referente ao caso luso-brasileiro³³, no sentido de colocar em evidência o choque entre, de um lado, a possibilidade de avanço da produção em direção a áreas florestais e, de outro lado, a possibilidade de um uso previdente da terra. Tratava-se de uma percepção complexa do problema da agricultura colonial, ainda que o quadro supracitado de “propriedades territoriais mais divididas” se encontrasse distante, segundo o próprio Thouin:

Sem dúvida esta época se encontra ainda afastada, na maior parte das colônias europeias o que falta não é a terra, mas sim homens; além disso, um colono se preocupa pouco com o futuro após ter extenuado seu solo, ele destrói as massas de florestas para conseguir terras virgens e derruba as matas que cobrem os outeiros e as colinas; resulta disso que os sedimentos pedregosos dos quais elas são compostas em grande medida, carregadas pelas chuvas das

³¹ André Thouin, “*Note en réponse à la lettre de M. le Comte Carra de Saint-Cyr du 4 Juillet 1819*,” Paris, 21 de setembro de 1819, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

³² Ao longo dos séculos XVIII e XIX, técnicas e instrumentos de arado estiveram no centro de contínuos debates e transformações na agricultura, tanto em espaços metropolitanos quanto em espaços coloniais. Há diferentes periodizações e caracterizações desses debates e transformações em estudos históricos. No contexto luso-brasileiro, segundo José Augusto Pádua, em análise centrada nas formulações publicadas por José Gregório de Moraes Navarro em Lisboa no final do século XVIII, a introdução do arado foi “tema recorrente até o final do século XIX” e “simbolizava a promoção de uma agricultura mais intensiva e enraizada”, ainda que se tenha percebido em muitos países o seu “potencial de destruição ambiental”. Cf. Pádua, *Um Sopro de Destruição...*, p. 36. Ainda no contexto brasileiro, outra referência para a discussão do tema é o clássico estudo de Sérgio Buarque de Holanda, “Técnicas rurais,” in *Caminhos e fronteiras* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1956]), 155-209. Cabe ressaltar a centralidade do tema em outros contextos regionais, nacionais e continentais. Mark Overton, em análise circunscrita à agricultura inglesa, por exemplo, destacou “melhorias gerais no design de [instrumentos de] arado” ocorridos no século XVIII, frisando a substituição do ferro pela madeira na confecção de instrumentos. Cf. Mark Overton, *Agricultural revolution in England: the transformation of the Agrarian Economy, 1500-1850* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), 122. Em análise comparativa referente à Europa, Peter M. Jones destacou a diferença entre “arados ingleses e continentais”, bem como experiências ocorridas ao longo da primeira metade do século XIX em torno do uso de máquinas a vapor, em diferenciação ao uso da tração animal no arado. Cf. Peter M. Jones, *Agricultural Enlightenment: Knowledge, Technology, and Nature, 1750-1840* (Oxford: Oxford University Press, 2016), 119-120.

³³ Pádua, *Um Sopro de Destruição...*, 73.

tempestades, nos vales e planícies, levam a esses lugares a esterilidade, fruto inevitável do mau sistema de agricultura das colônias antigas.³⁴

Ao abordar o problema, o professor de cultura do *Muséum d'histoire naturelle* de Paris explicitou a ambivalência de sua posição metropolitana diante dos dilemas da agricultura colonial, notadamente ao estabelecer um vínculo entre coberturas vegetais da Guiana francesa e a ideia de “terras virgens”. Percebe-se, nesse vínculo, a ressonância de duas “formas de pensamento”, recorrentes ao longo dos movimentos de expansão de Estados europeus e ambivalentes principalmente quando justapostas. Isso porque, por um lado, essas palavras se aproximam daquilo que o historiador Diogo de Carvalho Cabral descreveu, em análise referente à história colonial luso-brasileira, como uma “atitude europeia de descrever as terras americanas como vazias ou desertas”³⁵. Essa atitude atravessou diversos séculos e remete a momentos iniciais de experiências coloniais nas Américas. Por outro lado, as palavras de Thouin também denotam uma preocupação com essas mesmas terras ditas “virgens”, as quais deveriam ser objeto de um uso racional. Nesse sentido, seu texto o vinculava à primazia de novos princípios, consolidados principalmente ao longo do século XVIII. Tal como no contexto luso-brasileiro, em que, novamente segundo Cabral, “as “matas virgens” do Brasil tinham que ser, necessariamente, inteligíveis”³⁶, também as “terras virgens” da Guiana francesa deveriam ser objeto de uso previdente, mediado pela razão e pela ciência, sobretudo por intermédio da história natural.

De fato, Thouin apresentou uma série de referências da história natural para sustentar a possibilidade de se realizar com sucesso a enxertia do café na Guiana francesa. Recorreu à “História natural das plantas da Guiana francesa”, escrita pelo naturalista Jean Baptiste Aublet, para indicar três variedades, “*coffea guianensis*”, “*coffea paniculata*” e “*coffea occidentalis*”, que poderiam ser utilizadas com bons resultados na prática agrícola. Outra referência importante para Thouin foi Alexander von Humboldt. O professor do *Muséum d'histoire naturelle* frisou que “o barão de Humboldt descobriu na América meridional três espécies novas de café, que ele descreve e das quais uma é representada em sua *Nova genera et species plantarum*”,

³⁴ André Thouin, “*Note en réponse à la lettre de M. le Comte Carra de Saint-Cyr du 4 Juillet 1819,*” Paris, 21 de setembro de 1819. Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

³⁵ Cabral, *Na presença da floresta...*, 94.

³⁶ Cabral, *Na presença da floresta...*, 300.

sendo essas espécies, segundo Thouin, “*coffea speciata*”, “*coffea laurifolia*” e “*coffea oleifolia*”.³⁷ O exercício da prática na Guiana francesa deveria, no entanto, ser mediado pela interação com as especificidades de uma região tropical. Impunha-se também, portanto, a questão da escolha correta dos métodos dessa técnica em um ambiente específico:

Assim, mostram-se aqui seis espécies de cafeeiro junto às quais pode ser feita a enxertia, com maior ou menor sucesso, daquela [espécie] do comércio; porém, seria muito mais seguro de se servir desse último para fazer a enxertia dos indivíduos da mesma espécie obtidos a partir de sementeiras e reconhecidos, em tudo, como de melhor qualidade. Para conhecer e apreciar as diversas propriedades desses indivíduos, é preciso estudá-las ao longo de vários anos: é o que fazemos na Europa para obter novas variedades de árvores frutíferas das quais fixamos a duração do proveito que delas será feito em função da enxertia. Aquela que empregamos mais ordinariamente é a enxertia em borbúlia, pois as gemas das árvores são envolvidos por escamas que as colocam ao abrigo do contato junto ao ar; porém, sob a zona tórrida, eu não creio que seja possível se servir desse tipo de enxertia, tendo-se em vista que as gemas das árvores desse clima, e notadamente as do cafeeiro, não sendo protegidas por escamas, seriam rapidamente anuladas pelo calor forte. A enxertia por aproximação nos pareceu a mais segura para essa finalidade e é aquela da qual fizemos litografias.³⁸

Percebe-se que o manuscrito elaborado por Thouin não foi mero cumprimento de uma atividade burocrática, mas a atividade inicial de um botânico comprometido com a circulação pública de suas formulações. Evidência disso é que, pouco tempo depois, o texto foi adaptado a outro suporte material, tendo sido publicado nos *Annales maritimes et coloniales* em 1820. As páginas iniciais das instruções publicadas no mais importante periódico da Marinha francesa da época foram praticamente as mesmas que compuseram a nota manuscrita concebida em 1819 como uma resposta à hesitação do então governador da Guiana francesa. As páginas finais, por sua vez, foram dedicadas a uma descrição dos métodos de enxertia por aproximação, tidos como mais adequados aos trópicos, segundo Thouin.³⁹

Diante desse tipo de atividade escrita, evidencia-se em que medida André Thouin representou, nesse contexto, uma inegável centralidade. Contudo, isso não significa que suas formulações tenham sido difundidas por meio de diretrizes

³⁷ André Thouin, “*Note en réponse à la lettre de M. le Comte Carra de Saint-Cyr ...*”, Paris, 21 de setembro de 1819, Dossiê G2 (19), Códice GUY63, ANOM.

³⁸ Thouin, “*Note en réponse à la lettre de M. le Comte Carra de Saint-Cyr ...*”, Paris, 21 de setembro de 1819, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

³⁹ André Thouin, “*Instruction sur la greffe du caféyer*,” in *Annales maritimes et coloniales, IIe partie*, ed. por Louis Marie Bajot (Paris: Imprimerie Royale, 1820), 166-169.

coloniais de modo automático e sem ruído, como se, pelo simples fato de serem concebidas e articuladas a partir de um centro como Paris, pudessem ser automaticamente transferidas para espaços coloniais. Houve reações a Thouin. Esse tipo de reação podia vir dos próprios circuitos que constituíam o Estado francês e sua política colonial, o que evidencia a complexidade das possibilidades de expansão e apropriação cultural de regiões ultramarinas. É nessa chave que se pode compreender, por exemplo, as críticas feitas a Thouin pelo botânico real que, a essa época, encontrava-se baseado em Caiena: o supracitado Pierre Antoine Poiteau, que havia se dedicado à questão da inserção da “madeira negra” na colônia francesa.

A reação de Poiteau às formulações de Thouin foi elaborada em Caiena e prontamente alcançou Paris. Em março de 1820, Pierre-Clément de Laussat, o administrador que sucedeu Carra de Saint-Cyr no comando da Guiana, enviava ao Ministro da Marinha e das Colônias em Paris, ainda o barão Portal d’Albarèdes, a posição do botânico em relação às possibilidades de enxertia na colônia francesa. Na carta, o governador comunicava que o “sr. Poiteau, botânico do Rei, me fez o relatório que envio junto a esta carta, acerca da enxertia do cafeeiro, e ele me pareceu responder à recomendação que dela Vossa Excelência fez por meio de seu despacho do último 26 de novembro; ele tentará realizar a enxertia da moscada e do craveiro”⁴⁰.

Esse relatório é uma evidência do potencial de reação que os espaços coloniais continham. O botânico discordava de muitas considerações expostas pelo professor de cultura do *Muséum* de Paris, e sequer poupou ironia em sua réplica às sugestões de Thouin. Ao iniciar seu manuscrito reiterando que, “após ter lido com atenção o relatório do Sr. Thouin e a carta de Sua Excelência, o Ministro da Marinha”, Poiteau afirmou que, caso estivesse correta a experiência conduzida por terceiros em função da qual o relatório de Thouin se baseava, “ela seria tão extraordinária quanto ver pássaros se reproduzirem com peixes: ela destruiria vários princípios da fisiologia e mudaria a direção de nossas ideias acerca do que chamamos de relações naturais”. Após explicitar sua posição contrária a Thouin por meio de um estilo mordaz, o botânico insistia que a experiência “não provaria que seria vantajoso realizar a

⁴⁰ Carta enviada pelo administrador da Guiana francesa Pierre-Clément de Laussat ao Ministro da Marinha e das Colônias Portal d’Albarèdes, Caiena, 25 de março de 1825, Dossier G2(19), Códice GUY63, ANOM.

enxertia do café junto à cerejeira das Antilhas, *Malpighia puniceifolia*, L.". O que se destaca em sua argumentação é, sobretudo, a sugestão de uma diferença entre a validade de uma formulação em termos propriamente científicos e a aplicabilidade dessa formulação em termos de cultivo colonial. Assim, o botânico ressaltou que "outros indivíduos propostos pelo Sr. Thouin como apropriados para receber a enxertia do café prometem, com efeito, um êxito completo", mas frisou que "as vantagens que se poderia esperar disso permaneceriam concentradas no âmbito científico; e os exemplos citados pelo nosso respeitável professor não são aplicáveis ao café, ou lhe são inúteis". Poiteau seguiu sua linha de raciocínio comentando propriedades específicas do cafeeiro para corroborar sua posição e defender a ideia de que esse tipo de enxertia poderia, inclusive, resultar em esperas onerosas. Os limites seriam impostos pelo próprio estágio em que, segundo o botânico, encontrava-se a agricultura colonial na Guiana. Para ele, ela ainda se encontrava "na infância".⁴¹

Desse modo, por exemplo, quando, por meio da enxertia, esperamos transformar nossos cafés em café moka, eu não aconselharia tentar isso em função de especulação lucrativa, no estado atual da cultura e da fortuna de nossa colônia, pois, certamente, fosse a experiência coroada do mais brilhante sucesso, ela custaria mais do que o benefício que encontraríamos na venda do café que dela resultaria. Nossa cultura encontra-se ainda na infância e não somos fortes o suficiente para admitirmos nela o uso generalizado da enxertia que, além disso, não nos oferece vantagem palpável alguma no que se refere ao café.⁴²

Por outro lado, Poiteau não negava a possibilidade de recorrer à enxertia na Guiana francesa. Tratava-se, para ele, de uma questão ligada às diferenças entre espécies. Nesse sentido, a técnica poderia ser aplicada a outras plantas, como a moscadeira e o craveiro. Para justificar seu ponto de vista, o botânico mencionou as especificidades dessas espécies e as situou em termos de problemas práticos enfrentados no jardim *La Gabrielle*:

Mas eu penso de modo bem diferente no tocante ao craveiro e à moscadeira; essas duas árvores se reproduzem sem degeneração, é verdade, assim como o café; mas sua fertilidade é tardia demais diante de nossas necessidades: é possível encontrar, no La Gabrielle, craveiros que somam doze anos de

⁴¹ Pierre-Antoine Poiteau, "Rapport fait à Monsieur le Gouverneur de la Guyane française, sur un rapport fait à Son Excellence le Ministre de la Marine, par le professeur Thouin," Caiena, 22 de março de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

⁴² Poiteau, "Rapport fait à Monsieur le Gouverneur de la Guyane française...", Caiena, 22 de março de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

plantação e que ainda não deram um só botão. A enxertia, tendo a propriedade de acelerar a fecundidade ao mesmo tempo que modera o crescimento das árvores, poderia ser aplicada, creio eu, com vantagem na cultura do craveiro, que apresenta as falhas de dar frutos somente após um longo período e de se elevar em demasia em relação à nossa vista e nossas necessidades.⁴³

A enxertia permanecia, portanto, uma ferramenta que poderia tornar a agricultura colonial mais eficaz, planejada e racional, sobretudo tendo-se em vista as especificidades do crescimento de cada planta, mesmo em termos de identificação de suas variações de sexo, como era o caso da moscadeira:

A moscadeira não necessita da enxertia para moderar seu crescimento, pois sua altura permanece acessível à mão do homem; no entanto, ela é dioica, e é necessário plantá-la e em seguida esperar muito tempo antes que se possa saber de qual sexo a planta é. Planta-se, portanto, ao acaso, e frequentemente ocorre que, em vez de se plantar um décimo de machos apenas, segundo o que seria uma relação adequada, plantam-se nove décimos contra um décimo de fêmeas, o que é uma perda de terra e de tempo considerável. A enxertia e a mergulhia podem remediar esse inconveniente: ao introduzir essas práticas na cultura da moscadeira seria possível acelerar a fecundidade e seria possível ter certeza do sexo da árvore plantada. Esses dois processos seriam muito vantajosos para acelerar, em igual medida, a fecundidade do craveiro, e colocar um obstáculo à sua excessiva elevação.⁴⁴

O contraponto à síntese de Thouin oferecido por Poiteau era, portanto, um tipo de reação que não apenas incorporava a experiência direta em regiões coloniais, mas também traduzia a complexidade dessa experiência no interior de um circuito de comunicação que ligava essas regiões à administração metropolitana. O êxito da agricultura colonial dependia, portanto, da eficácia dessa tradução e desse circuito, no qual formulações elaboradas por um ator como Poiteau pudessem ser prontamente apropriadas, resignificadas e atualizadas, dentro de uma disposição crítica que configurasse, entre várias sínteses, novas diretrizes coloniais. Era esse circuito de comunicação que esmaecia os descompassos espaciais e logísticos entre colônia e metrópole e integrava a produção de conhecimento em diferentes espaços.

Cabe frisar, no entanto, o papel exercido em um quadro como esse pelos próprios deslocamentos dos atores que tornavam vivo tal circuito comunicativo. O conhecimento se produzia em decorrência de movimentos. Isso porque Poiteau esteve baseado em Caiena, mas não enraizado na colônia. Esse botânico foi um

⁴³ Poiteau, "Rapport fait à Monsieur le Gouverneur de la Guyane française...", Caiena, 22 de março de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

⁴⁴ Poiteau, "Rapport fait à Monsieur le Gouverneur de la Guyane française...", Caiena, 22 de março de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

homem de ciência em movimento, e é nesse movimento que podemos encontrar um dos fundamentos para a sua réplica ao professor centralizado em Paris. Ele não havia sido um mero “viajante”, haja vista que se estabelecera ao longo de anos em Caiena. Porém, seu deslocamento presumia a circulação entre diferentes espaços agregados por meio da expansão do Estado francês, e nesse amplo raio de movimento o botânico dispunha de uma capacidade de interação atualizada perante os códigos e redes prevalentes em cada espaço, podendo, assim, neles intervir de modo eficaz.

Evidência da introjeção dessa disposição de circulação é o tipo de intervenção que Poiteau continuou fazendo junto ao Ministério da Marinha e das Colônias mesmo após seu retorno à França, dois anos após replicar Thouin no debate sobre a enxertia na Guiana. Em 1822, já estabelecido em Paris, o botânico escreveu diretamente ao Ministro da Marinha para comentar a qualidade da canela produzida na colônia francesa. Tratava-se de enfrentar o problema da disparidade entre a canela produzida em Caiena e aquela oriunda da Índia, disparidade essa que se exprimia em resultados comerciais. Ao abordar a questão, Poiteau ressaltou o potencial da região colonial, destacando as produções que obtinham êxito e frisando, por meio da referência à sua “própria experiência”, que a origem do problema não se encontraria nas características dos terrenos da Guiana.⁴⁵ O problema seria decorrente da própria variedade da espécie introduzida na colônia francesa:

Essa diferença enorme vem do fato de que ela é de uma qualidade inferior. Há muitos anos se pergunta a que se deve essa inferioridade: não é nada provável que ela venha nem do clima, tampouco da natureza do terreno, uma vez que a pimenta e o cravo da Guiana são de uma qualidade superior à pimenta e ao cravo da Índia: pode-se ainda incluir em favor da Guiana o fato de que seu café é superior àquele das Antilhas.⁴⁶

A menção à “própria experiência” por meio da qual Poiteau iniciou seu manuscrito não foi mera retórica. De fato, foi sua disposição ao movimento que permitiu que adquirisse um olhar diferenciado em relação às variações das plantas e, em função disso, pudesse avaliar em outros termos os descompassos averiguáveis na agricultura colonial. Ironicamente, foi em uma estufa em Paris que o botânico que

⁴⁵ Carta de Pierre Antoine Poiteau ao Ministro da Marinha e das Colônias, Paris, 3 de maio de 1822, Dossiê G2(22), Códice GUY63, ANOM.

⁴⁶ Carta de Pierre Antoine Poiteau ao Ministro da Marinha e das Colônias, Paris, 3 de maio de 1822, Dossiê G2(22), Códice GUY63, ANOM.

passara tantos anos em Caiena pôde chegar a uma conclusão em grande medida surpreendente: a expansão colonial francesa havia cometido um engano em relação à canela do Ceilão. Houve um equívoco na circulação atlântica da planta e, por isso, a agricultura colonial francesa não teria lançado mão da variedade que continuava a se destacar no comércio:

É preciso, portanto, atribuir a inferioridade da canela da Guiana à árvore que a produz e crer que essa árvore não é aquela que dá a canela fina do Ceilão. Essa ideia, que não era mais do que uma presunção que mesmo a botânica, em seu estado atual, não podia esclarecer, acaba de transformar em certeza para mim, perante a visão de uma espécie de canela cultivada nas estufas do sr. Boursault, na Rue Blanche de Paris, e que é de um aroma bem superior àquele da canela de Caiena, igualmente cultivada pelo sr. Boursault.

Fica demonstrado agora que jamais se possuiu a verdadeira canela em Caiena, que nos enganamos na escolha da espécie, e que é essa a razão por que esse ramo do comércio foi desencorajado desde o começo e permanece quase nulo para a Colônia.⁴⁷

Poiteau foi, portanto, um “nó essencial” das redes que permitiram a continuidade eficaz da circulação de plantas no espaço atlântico francês, sendo até mesmo plausível afirmar que a circulação supracitada da canela do Ceilão no ano de 1822 deveu em grande medida a essas observações feitas pelo botânico quando se encontrava em Paris. O fato de ter sido um “nó essencial”, portanto, explica sua capacidade de interação e reação diante das formulações de André Thouin, dois anos antes da resolução do mistério da canela de Caiena. Com efeito, ao longo do ano de 1820, o botânico francês então baseado em Caiena era continuamente mobilizado pela administração colonial. Em setembro de 1820, por exemplo, Pierre-Clément de Laussat notificou o recebimento de novos grãos de café na Guiana francesa. Em carta enviada ao Ministro da Marinha e das Colônias, confirmou ter recebido “os grãos de café Bourbon que Vossa Excelência” lhe anunciava em comunicação anterior. Nessa carta, o governador anunciava, ainda, que, do total de grãos de café, havia sido remetida “uma parte ao Sr. Poiteau, Botânico do Rei e Diretor de Culturas”, de modo que este pudesse “com eles fazer uma sementeira”, assim como também havia sido realizada “uma distribuição do restante junto aos habitantes cafeicultores da colônia, os mais aptos a testar essa possibilidade com êxito”. Mas, apesar de toda essa

⁴⁷ Carta de Pierre Antoine Poiteau ao Ministro da Marinha e das Colônias, Paris, 3 de maio de 1822, Dossiê G2(22), Códice GUY63, ANOM

distribuição, a carta encerrava-se de modo pouco otimista. Embora de Laussat ressaltasse ao Ministro que “prestaria contas posteriormente a Vossa Excelência acerca dos resultados”, o governador também frisava que, “infelizmente”, tendo-se em vista o que diziam muitos botânicos acerca da “pouca duração da faculdade germinativa do grão do cafeeiro”, seria pouco provável que o grão “que a nós chegou de Bourbon para a França e as Antilhas” pudesse “ter êxito”.⁴⁸

Entretanto, apesar da aparente frustração do administrador da Colônia, a cultura colonial do café permanecia uma questão viva e, portanto, imprevisível. Os homens de ciência que compunham o circuito de comunicação no qual ele atuava continuavam dedicados ao debate sobre as possibilidades de renovação técnica dessa cultura. Prova desse dinamismo é o fato de que, cerca de um mês após o envio de novos grãos de café à Guiana, os professores do *Muséum* de história natural de Paris enviavam ao Ministro da Marinha e das Colônias um novo relatório de André Thouin. O relatório, que “havia sido adotado pela assembleia dos professores,” visava atender a um pedido feito pelo próprio Ministro, em função de “duas memórias que lhe foram enviadas pelo Sr. de Laussat, governador da Caiena, relativas à cultura da moscadeira, do cafeeiro e da madeira negra”.⁴⁹ Paris, portanto, seguia atenta a Caiena.

As duas memórias às quais os professores do *Muséum* se referiam eram os textos escritos pelo botânico Poiteau. Logo, o novo texto de Thouin era uma resposta ao botânico baseado em Caiena, na qual suas formulações eram analisadas e, em certa medida, validadas pelo professor de cultura instalado em Paris. De fato, o tom da resposta de Thouin é positivo, reiterando as posições de Poiteau. O debate sobre a enxertia do café, assim, alcançava uma resolução, na medida em que Thouin corroborava a postura mais seletiva de Poiteau.⁵⁰ Resolvía-se também, de certa forma, o impasse acerca da introdução da “madeira negra” na colônia, reconhecendo-se essa opção como uma aclimação possível, porém não necessariamente desejável:

⁴⁸ Carta do governador da Guiana Pierre-Clément de Laussat ao Ministro da Marinha e das Colônias. Caiena, 2 de setembro de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

⁴⁹ Carta de René Desfontaines ao Ministro da Marinha e das Colônias. Paris, 17 de outubro de 1820., Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

⁵⁰ André Thouin, “Rapport à l’administration du *Muséum* sur un renvoi de Son Excellence le Ministre de la Marine relatif à 2 pièces qui lui ont été envoyées de Cayenne p. M. de Laussat gouverneur de la Guyane française,” Paris, 17 de outubro de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

A *mimosa lebbeck*, chamada vulgarmente de madeira negra nas colônias francesas das duas Índias, é uma árvore originária da Índia (...). Os habitantes das diversas colônias europeias dela se servem para fazer proteger plantações, para defender suas culturas das grandes correntes de ar, de tempestades, e para atrair para seus solos os vapores e chuvas necessários à fertilidade. O sr. Poiteau, após ter assinalado o mérito dessa árvore e elogiado suas propriedades econômicas, acredita que seu emprego na Guiana não é necessário, porque o país, sendo muito arborizado, abriga uma umidade abundante, que é igualmente incômoda às culturas econômicas ao mesmo tempo que o é à saúde dos homens.⁵¹

Chama a atenção, em sua avaliação, a forma como o debate sobre a inserção da espécie se entremeava a uma reflexão sobre a manutenção da cobertura vegetal da colônia ao longo do tempo:

Criticando, com razão, o hábito de todos os colonos europeus de lançar mão do machado e do fogo para desflorestar uma região e torná-lo infértil para as gerações seguintes, o sr. Poiteau pensa que as florestas da Guiana guardam várias espécies de árvores que poderiam ser empregadas com mais vantagem que a madeira negra, a formar quebra-ventos e maciços em volta das plantações e em montanhas.⁵²

A avaliação feita por Thouin buscava, nesse sentido, apropriar-se das observações de Poiteau, tributárias do privilégio da experiência direta com a região, para, assim, tecer o quadro do melhor uso possível dos recursos na colônia:

Efetivamente a Guiana francesa oferece árvores em diversas séries, mais ou menos úteis na economia rural, artes e comércio, que poderíamos empregar nessa destinação. Lá se encontram árvores cujos produtos servem para a alimentação dos homens, árvores que fornecem lenha para construção, marcenaria e tingimento, e outras, enfim, que oferecem resinas, gomas ou cascas úteis ao comércio.⁵³

A circulação de ideias mobilizada em função das questões pontuais acerca da enxertia do café e da aclimação da “madeira negra” culminavam, assim, em uma reflexão mais ampla acerca dos “bons princípios da arte de cultivar”:

É infinitamente preferível empregar essas árvores para cumprir essa destinação à madeira negra, que oferece apenas um único fim de utilidade. Assim, portanto, nós apenas podemos aprovar, como o fazemos, as posições registradas nos dois relatórios feitos pelo Sr. Poiteau ao Sr. de Laussat e enviados à Sua Excelência o Ministro da Marinha. Eles são baseados nos bons princípios da arte de cultivar, apresentados com método, clareza, e guardam posições que podem satisfazer não apenas necessidades presentes, mas mesmo aquelas de gerações futuras.⁵⁴

⁵¹ Thouin, “Rapport à l’administration du Muséum...”, Paris, 17 de outubro de 1820, Códice GUY63, Dossiê G2(19), ANOM.

⁵² Thouin, “Rapport à l’administration du Muséum...”, Paris, 17 de outubro de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

⁵³ Thouin, “Rapport à l’administration du Muséum...”, Paris, 17 de outubro de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

⁵⁴ Thouin, “Rapport à l’administration du Muséum...”, Paris, 17 de outubro de 1820, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

É claro que essas formulações, inseridas no circuito ministerial em Paris nos meses finais de 1820, não chegaram prontamente à Guiana francesa. Isso não significa, no entanto, que, apesar dos desafios inerentes à comunicação da época, sua circulação não tenha sido estimulada. Houve esforços no sentido de permitir sua apropriação em um espaço colonial. É o que indica a carta enviada em março de 1822 pelo administrador da Guiana ao Ministro da Marinha e das Colônias em Paris. Nela, Pierre-Clément de Laussat relatava que as palavras de Thouin não ficaram restritas a um circuito burocrático. Afirmava, assim, que havia “comunicado à Sociedade Guianense de Instrução e enviado para impressão na Folha da Guiana o relatório do Sr. Thouin”, que lhe havia sido entregue em função de um despacho realizado em Paris em novembro do ano anterior. A carta registrava, ainda, que o relatório de Thouin “havia sido escutado na Sociedade de Instrução com um interesse muito vivo”⁵⁵, o que denota o potencial das modalidades de apropriação possível, em uma sociedade colonial, das formulações que circulavam no interior do Ministério da Marinha e das Colônias, unindo, ao mesmo tempo, cidades como Caiena e Paris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na França da Restauração, mudavam os homens à frente dos cargos, mas a política de circulação de plantas continuava uma prioridade. Alguns anos após o debate acerca da enxertia do café e da aclimação da “madeira negra”, André Thouin já não estava mais vivo, Pierre-Clément de Laussat não era mais o administrador da Guiana, tampouco o barão de Portal mantinha-se como Ministro da Marinha e das Colônias. Todavia, as plantas da Guiana seguiam exercendo seu papel.

Isso fica claro nas ações daquele que sucedeu Pierre-Clément de Laussat no governo da colônia francesa, o barão Pierre Milius, já citado anteriormente em função da análise do historiador Frédéric Mauro. Milius esteve no governo da Guiana francesa entre 1823 e 1825. Em junho de 1825, já de volta a Paris, o barão comunicava ao então Ministro da Marinha e das Colônias as variedades de café que trouxera consigo da América meridional. Em carta, afirmava ter trazido “dois barris de café de Caiena”, os

⁵⁵ Carta do governador da Guiana ao Ministro da Marinha e das Colônias, Caiena, 18 de março de 1822, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

quais, ao longo do caminho, “fizera depositar na alfândega de Paris”. Os barris tinham destinos específicos. Um deles era “destinado aos senhores professores do *Muséum* de história natural”, encarregados, segundo Milius, pelo “predecessor” do então Ministro, de “emitir uma opinião sobre a questão de saber se o café oriundo de nossas colônias poderia ser exportado à França”, sem que fosse possível sentir “alteração em sua qualidade”. Milius reiterava que “Vossa excelência” compreenderia sem esforço “a importância vinculada à solução dessa questão, se ela bem quiser se dar conta das vantagens a ela ligadas, e as quais” o próprio Milius já teria “tido a honra de expor a seus olhos”. Quanto ao segundo barril, o oficial e governador anunciava ter tomado “a liberdade de pedir que Vossa Excelência” o aceitasse “como amostra de uma das principais produções da Guiana e cuja cultura” acabava de adquirir “recentemente uma maior extensão”.⁵⁶ Em outra carta, no mesmo mês, Milius mencionava a realização de uma “análise química de amostras de pimenta, de canela e de moscada provenientes da Guiana francesa”, sublinhando que, se os diferentes temperos fossem qualificados como “de boa qualidade”, então Caiena poderia “libertar a França do tributo que ela paga ao estrangeiro por esses diversos artigos de consumo”. Milius encaminhava, também, uma amostra de cravo, enfatizando que, no tocante a essa espécie, “era reconhecido que aquele de Caiena era preferido nos mercados da Europa em relação àquele da ilha de Bourbon”⁵⁷.

Também no ano de 1825, os produtos de Caiena circulavam no interior de Paris, entre os diferentes canais do Estado francês. Em dezembro desse ano, o Ministro do Interior solicitava ao Ministro da Marinha e das Colônias o envio de “cerca de dois quilogramas do café de Caiena, para servir a experiências comparativas” que ocorreriam no “Comitê Consultivo de Artes e Manufaturas”.⁵⁸

Essas circulações do ano de 1825 foram tributárias de todo o trabalho continuamente articulado desde o início da Restauração Bourbon e da restituição da Guiana francesa ao Estado francês. Elas indicam, portanto, o êxito de uma política

⁵⁶ Carta de Pierre Bernard Milius ao Ministro da Marinha e das Colônias, Paris, 13 de junho de 1825, Dossier G2 (19), Códice GUY63, ANOM.

⁵⁷ Carta de Pierre Bernard Milius ao Ministro da Marinha e das Colônias, Paris, 23 de junho de 1825, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

⁵⁸ Carta do Ministro do Interior ao Ministro da Marinha e das Colônias, Paris, 1 de dezembro de 1825, Dossiê G2(19), Códice GUY63, ANOM.

colonial, se não em termos comerciais e econômicos, ao menos em termos da elaboração de um capital administrativo e científico, cuja cumulatividade se encontraria à disposição do Estado francês em momentos oportunos.

É claro que o peso propriamente comercial das atividades desenvolvidas na Guiana francesa só pode ser analisado mediante outras variáveis, que extrapolariam o âmbito do presente trabalho. De todo modo, a comunicação evidenciada nos casos aqui analisados indicam em que medida a política colonial francesa à época da Restauração foi, no mínimo, mais complexa do que sua caracterização no quadro estabelecido por um historiador como Frédéric Mauro. É plausível inferir que, na formulação desse historiador, a Guiana francesa não poderia aparecer como algo além de um quadro de “resultados medíocres” porque o próprio olhar desse historiador estava excessivamente condicionado por um viés muitas vezes eurocêntrico, no qual uma colônia provavelmente seria vista como uma periferia. No entanto, justamente para que se compreendam as dinâmicas mais profundas referentes à expansão colonial europeia, torna-se necessário olhar para outras regiões, ecologias e fronteiras, bem como para os circuitos, movimentos e redes que as uniram. Compreender a expansão europeia para além do eurocentrismo que ela muitas vezes permitiu é uma das formas não só de combatê-lo, mas de, também, identificar genealogias alternativas de muitos aspectos da modernidade que essa expansão configurou, dentre os quais se destaca a já citada consciência ambiental global.

Os casos aqui analisados também são indícios de uma “invenção de tropicalidade” complexa, em função da qual regiões situadas entre os trópicos foram cenários dinâmicos e em intensa conexão com suas “contrapartes temperadas”. As contínuas negociações entre dirigentes coloniais e dirigentes metropolitanos, entre botânicos e comerciantes, e até mesmo entre as variedades de plantas a se relacionarem por meio de técnicas como a enxertia são, nesse sentido, evidências da complexidade dos trópicos enquanto campo de ações e enquanto espaço conceitual, para além, portanto, da simples, embora persistente, alteridade tropical.

A história colonial francesa, enfim, se deu por meio de assimetrias em relação a seus espaços coloniais, mas é sempre bom sublinhar que nesses espaços houve

ações, reações e apropriações decisivas para os circuitos que os conectavam a espaços metropolitanos. A natureza do trabalho humano com plantas pode fornecer pistas para a compreensão da expansão territorial de Estados como o francês, bem como para a compreensão dos impactos e transformações que esse tipo de expansão causou em outras regiões do globo, entre as quais a América do Sul. Afinal de contas, a expansão europeia se deu por meio de enxertos. Sobretudo, por meio de enxertos atlânticos.

FONTES

Bajot, Louis Marie, ed. *Annales maritimes et coloniales, IIe partie*. Paris: Imprimerie Royale, 1827.

Dossiê G2(19), Códice GUY63, Série geográfica Guiana (1793-1946), Ministério das Colônias, Fundos ministeriais, *Archives nationales d'outre-mer*, Aix-en-Provence, França.

Dossiê G2(22), Códice GUY63, Série geográfica Guiana (1793-1946), Ministério das Colônias, Fundos ministeriais, *Archives nationales d'outre-mer*, Aix-en-Provence, França.

Thouin, André. “Instruction sur la greffe du caféyer.” In *Annales maritimes et coloniales, IIe partie*, editado por Louis Marie Bajot, 166-169. Paris: Imprimerie Royale, 1820.

REFERÊNCIAS

Armiero, Marco. “Environmental history between institutionalization and revolution: a short commentary with two sites and one experiment.” In *Environmental humanities: voices from the Anthropocene*, editado por Serenella Iovino e Serpil Opperman, 45-59. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2016.

Arnold, David. *The Problem of Nature: Environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

Backouche, Isabelle. *La monarchie parlementaire, 1815-1848: De Louis XVIII à Louis-Philippe*. Paris: Pygmalion/Gérard Watelet, 2000.

Cabral, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

Conrad, Sebastian. *Globalisation and the nation in Imperial Germany*. Traduzido por SORCHA O'HAGAN. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Crosby, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Traduzido por José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Ferrão, José E. Mendes. *Le voyage des plantes & les grandes découvertes*. Paris: Éditions Chandeigne, 2015.

Grove, Richard. *Green Imperialism: Colonial expansion, Tropical Island edens and the origins of environmentalism, 1600-1800*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1995.

Haraway, Donna. "Situated knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective." *Feminist studies* 14, no. 30 (1988): 575-599.

Headrick, Daniel R. *Power over peoples: technology, environments, and Western imperialism, 1400 to the present*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2010.

Holanda, Sérgio Buarque de. "Técnicas rurais," in *Caminhos e fronteiras*, 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1956].

Jones, Peter M. *Agricultural Enlightenment: knowledge, technology, and nature, 1750-1840*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

Kury, Lorelai. "Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens, séculos XVIII – XIX." In *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*, organizado por Lorelai Kury, 228-291. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

Kury, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L'Harmattan, 2001.

Mauro, Frédéric. *Expansão europeia (1600-1870)*. Traduzido por Maria Luiza Marcílio. São Paulo: EdUSP, 1980.

Overton, Mark. *Agricultural Revolution in England: the transformation of the Agrarian Economy, 1500-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Pádua, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

Pereira, Ivete Machado de Miranda. "La Gabrielle, cravo e canela: a invasão luso-brasileira da Guiana francesa e a cobiça pelas especiarias (1808-1817)." In *Natureza e cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas*, editado por André Figueiredo Rodrigues, Edson Silva, e José Otávio Aguiar, 209-230. Campina Grande: EDUFPG, 2012.

Raj, Kapil. *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Houndmills/New York: Palgrave Macmillan, 2007.

Sampaio, Patrícia Melo. “Política indigenista no Brasil imperial.” In *O Brasil Imperial, Volume I: 1808–1831*, organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles, 175–206. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Shapin, Steven. “History of science and its sociological reconstructions.” *History of Science* 20 (1982): 157–211.

Williams, Michael. “The role of deforestation in Earth and World-System integration.” In *Rethinking Environmental History: World-System History and Global Environmental Change*, editado por Alf Hornborg, J. R. McNeill e Joan Martinez-Alier, 101–122. Lanham/New York/Toronto/Plymouth: Altamira Press, 2007.

Atlantic Grafts: Notes on Tropicality and Circulation of Plants in French Guiana at the Time of Bourbon Restoration (C. 1815 – C. 1830)

ABSTRACT

This article addresses circulation of plants within French colonial space at the time of constitutional monarchy by using French Navy journals and written correspondence exchanged between colonial and metropolitan actors as historical sources. It is focused on letters regarding the debate on the practice of grafting in French Guiana coffee plantations. Its main conclusion is that horticultural techniques were continuously updated due to communication kept within the French Ministry of Marine and Colonies. Therefore, it shows to which extent the cultural appropriation of intertropical regions by European States took place through situated practices in specific ecologies, which have been outlined by a wide range of actors. These practices made the “tropics” increasingly complex as a conceptual space.

Keywords: colonial history, environmental history of scientific practices, sociology of scientific knowledge.

Recibido: 17/02/2020
Aprobado: 27/03/2020